

## **Ação Político-Discursiva e Ideológica na Criação da Zona de Processamento de Exportação (ZPE) de Cáceres, Mato Grosso**

*Political-Discursive and Ideological action in the Creation of the Cáceres - Mato Grosso Export Processing Zone (EPZ)*

**Jean da Silva Cruz**

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, SP, Brasil

[jea-silcruz@hotmail.com](mailto:jea-silcruz@hotmail.com)

 <https://orcid.org/0000-0002-4844-6146>

**Antonio Nivaldo Hespagnol**

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, SP, Brasil

[nivaldo.hespagnol@unesp.br](mailto:nivaldo.hespagnol@unesp.br)

 <https://orcid.org/0000-0001-5080-0223>

### **RESUMO**

O artigo tem como objetivo analisar a ação político-discursiva e ideológica que envolve a criação da Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no município de Cáceres, Mato Grosso. Para a consecução do objetivo, foram adotados os seguintes procedimentos: **a)** Levantamento da literatura sobre o tema para construir um arcabouço teórico conceitual e exploratório; **b)** Análise documental; **c)** Trabalho de campo, por meio do qual foi realizada a aproximação com a realidade do fenômeno pesquisado. Foram feitos, além da observação, os registros fotográficos da área de estudo, entrevistas com atores-chaves e coleta de extrato de jornais impressos referentes ao período compreendido entre 1988 e 2018, no Arquivo Público Municipal de Cáceres - Mato Grosso. Evidenciou-se que há dissidências político-discursivas e ideológicas frente às diferentes articulações políticas do Estado e de seus principais agentes locais ao longo do processo de implementação da ZPE de Cáceres. Nesse jogo político-discursivo e ideológico ficou claro o uso político da mídia, sobretudo de jornais impressos. Verificou-se que segmentos da elite política regional e local cacerense, apoiando-se sobre certos cenários, empregaram amplas estratégias discursivas. Dessa forma, atuaram alinhando o discurso aos interesses ideológicos desenvolvimentistas, entendendo a ZPE como o único instrumento de política econômica industrial eficaz para promover o desenvolvimento local/regional. Apesar de tal avaliação da elite política e econômica regional, o fato concreto é o de que a implantação da ZPE não se efetivou e ainda se encontra cercada por muitas incertezas.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento Regional; Discurso Político; ZPE, Elite Política.

### **ABSTRACT**

The article aims to analyze the political-discursive and ideological action involving the creation of the Export Processing Zone (EPZ) in the city of Cáceres, in the state of Mato Grosso, Brazil. To achieve this goal, the following procedures were adopted: **a)** Survey of the literature on the subject to build a conceptual and exploratory theoretical framework; **b)** Documentary analysis; and **c)** Field work, through which the researched phenomenon was addressed. In addition to observation, photographic records of the study area, interviews with key people and collection of extracts from printed newspapers relating to the period between 1988 and 2018 were carried out at the Municipal Public Archive of Cáceres, Mato Grosso. It was observed that there are political-discursive and ideological disagreements regarding the different political articulations of the state and its main local agents throughout the process of implementing the EPZ in Cáceres. In this political-discursive and ideological game, the political use of the media, particularly printed newspapers, became clear. It was found that segments of the regional and local political elite in Cáceres, relying on certain scenarios, employed broad discursive strategies. In this way, they acted by aligning the discourse with developmentalist ideological interests, understanding the EPZ as the only effective instrument of industrial economic policy to promote local/regional development. Despite such assessment by the regional political and economic elite, the concrete fact is that the implementation of the EPZ did not take place and is still surrounded by many uncertainties.

**Keywords:** Regional Development; Political Discourse; EPZ, Political Elite.

## 1. INTRODUÇÃO

As ações e/ou intervenções planejadas por parte do Estado brasileiro tendem a se mostrar parciais e sustentadas em certos símbolos desenvolvimentistas, conservando um processo de expansão seletiva e a constante especialização dos territórios acentua as diferenças e/ou disparidades regionais, de modo a resguardar e fortalecer os interesses das elites regionais.

Nesse sentido, nosso principal objetivo foi analisar a ação político-discursiva e ideológica que envolve a criação da Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no município de Cáceres, Mato Grosso.

A cidade de Cáceres (MT) sempre esteve atrelada estrategicamente à ação político-discursiva e ideológica do Estado e seus diversos agentes, conforme apontam Fanaia (2011) e Ferreira (2014). Atualmente, têm sido formulados muitos projetos, tais como o Corredor de Exportação Noroeste e Eixo Sul da Hidrovia Paraguai-Paraná, com a forte retórica do desenvolvimento econômico. A modernização e o desenvolvimento da cidade, ou mesmo da região, para as lideranças políticas locais e principais agentes econômicos, far-se-ão apenas por meio da industrialização. Entre os projetos, a criação da Zona de Processamento de Exportação (ZPE) tem alimentado esse discurso.

Nesses termos, levantamos algumas questões: quais são os agentes envolvidos e os papéis desempenhados no projeto de instalação da ZPE de Cáceres? E como, ao longo do seu processo de implementação, tem sido utilizada como suporte do discurso político na promoção do desenvolvimento regional via industrialização?

A partir de meados dos anos 1980 e no decorrer da década de 1990, as políticas regionais entram em declínio no Brasil, devido à crise fiscal, financeira e em decorrência da adoção dos princípios neoliberais. Nesse cenário, cria-se um ambiente favorável para o discurso da implementação de ZPEs em diversas regiões brasileiras, com algum potencial para exportação. Para Silva (1993), a adoção do modelo brasileiro de ZPE se dá em um momento de ruptura de um processo de integração econômica do país, que tinha como linha mestra o planejamento espacial, via polo de desenvolvimento frente ao viés autoritário, para um processo mais “flexível” de integração competitiva de algumas localidades/regiões com a economia-mundo. Entretanto, compreende-se que essa “nova política” foi implementada como estratégia locacional, face ao papel das Condições Gerais de Produção (CGP), e alinhada ao discurso político e ideológico desenvolvimentista de determinados grupos ou elite política regional, vinculada ao imaginário da promoção da industrialização no contexto regional.

Metodologicamente, para a consecução do objetivo, foram adotados os seguintes procedimentos: **a)** Levantamento da literatura sobre o tema para construir um arcabouço teórico conceitual e exploratório; **b)** Análise documental; **c)** Trabalho de campo, por meio da realização de entrevistas com atores chaves; foram feitos, além da observação, os registros fotográficos da área de estudo e coleta de extrato de jornais impressos referentes ao período compreendido entre 1988 e 2018, no Arquivo Público Municipal de Cáceres - Mato Grosso.

Diante dessa guisa introdutória, propomos a seguinte estrutura. Primeiro, um debate sobre a região e o discurso político desenvolvimentista e as suas diferentes estratégias discursivas na instância comunicacional. Segundo, discutimos sobre o contexto da criação da ZPE no Brasil, a partir do final dos anos de 1980, considerando sua dimensão político-discursiva. Terceiro, é analisado o processo de implementação da ZPE de Cáceres e a dimensão político-discursiva a partir dos principais agentes e/ou elites regionais.

## 2. REGIÃO E O DISCURSO POLÍTICO DESENVOLVIMENTISTA

Segundo nos apresenta Castro (1992), sendo o espaço nacional organizado e produzido histórica e politicamente, as condições particulares do espaço oriundas desse processo implicam em um sistema político regionalizado, com relações externas e internas específicas. A região, nesse sentido, vai se constituir por excelência na escala de análise do fato político de base regional, pois, enquanto produto das diferenciações do processo de produção do espaço, constitui-se na base territorial para a expressão do fato político. Daí, segundo a autora, deriva a necessidade de se compreender as disparidades ou clivagens socioeconômicas como um produto político e como um fato da política.

Essa assertiva nos leva a reconhecer que as disparidades espaciais não decorrem apenas da distribuição espacial desigual dos recursos no território, mas também dos desníveis ou desigualdades regionais que resultam das ações e/ou decisões políticas. Pois, como ressalta Castro (1992, p. 38), “com o avanço do capitalismo e o aprofundamento das desigualdades regionais criou-se um fato político novo, diretamente vinculado à questão da distribuição territorial das benesses do desenvolvimento econômico, que exige resposta específica”.

O fenômeno do desenvolvimento econômico integra de forma distintiva e seletiva o sistema produtivo no território, implicando na distribuição espacial desigual das benesses. Na esfera regional, entre os agentes sociais concretos, ou agentes regionais, se estabelece uma articulação de jogo de interesses políticos para acessar benefícios, sejam eles coletivos ou de grupos específicos, o que influencia na tomada de decisões. Nesse sentido, a região vai se constituindo enquanto suporte territorial da ação político-discursiva e ideológica (DUARTE, 1988; CASTRO, 1992; CHARAUDEAU, 2006; 2013; ALBURQUERQUE JÚNIOR, 2011).

Contudo, é importante destacarmos duas questões: o papel da política e do discurso. Em relação à política, enfatizamos o Estado, pois como facilitador da expansão do capital ele pode apoiar as elites ou agentes locais, por meio de alianças ou simplesmente cooptando-as. Tais elites ou agentes locais pressionam o Estado, reivindicando respostas ou medidas políticas específicas, sejam elas sociais ou culturais; todavia, em muitos casos, a superação do atraso econômico pode constituir-se em uma bandeira de reivindicação.

No interior desse debate, considera-se conforme Mascaro (2013) que a manifestação do Estado hoje é especificamente moderna, capitalista, daí apresentando uma relação complexa. Assim, abre-se uma separação entre os domínios econômico e político. Dessa forma, estabelecendo-se como um *continuum* estrutural e relacional, não como um elemento incomum, neutro ou puramente técnico, o Estado condensa as relações sociais específicas, a partir das próprias formas dessa sociabilidade, portanto seu aparato institucionalizado é um determinado instante e espaço dessa condensação. Nesse sentido, para Jessop (2006) o Estado é uma relação social, face que o exercício do poder estatal é fruto de um balanceamento cambiante de forças políticas localizadas dentro e para além do Estado, condicionado pelas estruturas institucionais e procedimentos específicos de seu aparato. Assim, para fazerem valer seus interesses, os atores buscam perseguir estratégias (incluindo discursivas) por diversos horizontes espaciais e temporais de ação e mobilizam variados conjuntos de forças sociais em diferentes contextos, para eliminar ou modificar constrangimentos e oportunidades específicas ligadas às estruturas de Estado, conforme argumenta Urberti (2020).

Quanto ao papel do discurso, aqui seguindo as ideias apresentadas por Castro (1992), Dundes (2001) e Charaudeau (2006; 2013), torna-se uma questão importante, pois ele atravessa todas as dimensões do fenômeno político, com o objetivo de alcançar um fim. Nesse contexto, a figura do político vai se tornar uma peça-chave essencial, uma vez que se encontra diante da sua base eleitoral e, como integrante do segmento da elite política regional ou local, atua enquanto interlocutor e agente legítimo da política estadual, regional e federal, alinhando o discurso a interesses ideológicos. O discurso político, segundo Charaudeau (2006; 2013), que também busca para o sujeito político o exercício de um poder, constitui o lugar dos jogos de máscaras que envolve a relação entre

linguagem, ação e verdade, conforme o princípio de influência. O sujeito político sempre quer trazer o outro para si, para que esse outro pense, diga ou aja segundo sua vontade (TELES, 2017).

Porém, existem dois eixos que vão resultar, dialeticamente, em dois tipos de atividade no contexto regional: 1) o dizer político, que é o debate de ideias no amplo espaço público, o qual é o lugar da troca de opiniões; e 2) o fazer político, que é o campo onde se tomam as decisões. Todavia, o sujeito político pode se encontrar em situação de enunciação, tanto fora da governança (quando é candidato a uma eleição e quer acessar o poder), quanto dentro da governança (quando exerce algum mandato ou ocupa alguma pasta nas diferentes escalas de governo). Destarte, suas ações incidem nas diferentes estratégias discursivas na instância comunicacional - política, espaço público e mídia. Em outras palavras, é na instância comunicacional (conforme sua situação de enunciação) onde é definida a finalidade do discurso político, ou seja, o sujeito político vai agir e se comunicar a partir de diversas palavras ou estratégias discursivas - quando candidato a uma eleição, usa à sua disposição a palavra de futuro, a palavra de compromisso e a palavra de promessa; dentro da governança: a palavra de justificação, a palavra de decisão *etc.* (CHARAUDEAU, 2006).

A mídia, sobretudo o jornal impresso, constitui uma instância comunicacional por excelência, utilizada pelos políticos. Por ser uma área feita de palavras, de gráficos, de desenhos e por imagens fixas, trata-se não apenas de um veículo de comunicação, informação, divulgação, emissão da opinião pública ou meios de ação de poderes, estatais e privados, mas os jornais desempenham uma ação no sentido de construir, no tempo e no espaço, um discurso<sup>1</sup> (CAMARGO, 1971; ALVES, 2001; CHARAUDEAU, 2013).

O uso político da imprensa ou jornais periódicos nos remete não apenas a enxergar os confrontos discursivos de natureza político-partidária, mas, conforme enfatizam Alves (2001) e Charaudeau (2013), constitui um espaço de propagação entre diferentes tendências político-ideológicas. Além disso, lança-nos para compreender uma lógica simbólica, na qual os indivíduos regulam suas trocas sociais, constroem as representações dos valores atrelados às suas práticas, produzindo sentido e criando e manipulando signos.

Por fim, essa instância comunicacional (informação, manipulação) tem por natureza e/ou vocação participar da construção da opinião pública. Ademais, serve como um espaço da propagação do discurso político por meio de diversas palavras ou estratégias discursivas, em um jogo de construção de significado, ou melhor, na construção de uma visão e sentido de mundo.

A partir dessas considerações, queremos dar destaque ao papel e à ação de agentes sociais concretos, ou melhor, de representantes da elite política cacerense no contexto da implementação da ZPE, que associam esse instrumento de política industrial a todo um discurso desenvolvimentista, isto é, a industrialização como principal forma de promoção do desenvolvimento econômico da cidade e região. Tal apontamento será evidenciado por meio da pesquisa e análise de matérias e notícias veiculadas em jornais impressos locais, possibilitando mostrar o predomínio do imaginário desenvolvimentista dos agentes regionais.

Mas, antes, passamos para uma breve discussão sobre o contexto da criação da ZPE no Brasil considerando sua dimensão político-discursiva.

---

<sup>1</sup> O discurso possui um suporte histórico, geográfico e institucional. Desse modo, entende-se as práticas discursivas como “um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou linguística, as condições de exercício da função enunciativa” (FOUCAULT, 2008, p. 133).

### **3. ZONA DE PROCESSAMENTO DE EXPORTAÇÃO (ZPE) NO BRASIL: DIMENSÃO POLÍTICO-DISCURSIVA**

O fato marcante quando se propõe a analisar a criação de ZPE em um ambiente nacional, como é o caso brasileiro, é a necessidade de se considerar os contextos interno e externo.

No que tange ao contexto externo, o projeto estratégico de expansão de ZPE em âmbito mundial (a partir da última metade do século XX) ocorreu em um contexto no qual predominava um forte discurso da necessidade de mais abertura e/ou internacionalização econômica via ampliação do comércio internacional, propalada pelo Banco Mundial. A chave desse processo de abertura e do sucesso competitivo dos países subdesenvolvidos em um mercado cada vez mais aberto estaria, agora, na ótica do Banco Mundial com enfoque na adoção de ZPE. Esse instrumento passa a ser apresentado como um novo modelo de desenvolvimento econômico em plena fase de reestruturação econômica e consolidação dos ideais de uma globalização neoliberal. Por sua vez, esse contexto rapidamente impôs novas formas e práticas institucionais dos Estados nacionais, estimulando-os, assim, a criar, de acordo com suas políticas nacionais, um ambiente de “livre comércio” subsumido por leis e regras excepcionais de mercado.

É importante destacar que a criação de ZPE no Brasil teve como inspiração o modelo implantado na Coreia do Sul, Taiwan, Singapura, Hong Kong, bem como nas Filipinas e nas ilhas Maurício, países do leste asiático onde a implementação de ZPEs apresentou relativo sucesso. O presidente da Associação Brasileira de Zonas de Processamento de Exportações (ABRAZPE), Helson Braga, em entrevista, explica que:

O presidente Sarney, em viagem ao Sudeste Asiático, tomou conhecimento do mecanismo e, na volta, mandou criar um grupo no Ministério da Indústria para estudar o assunto. Daí saiu a primeira legislação sobre o tema, o DL 2452/1988 (BRAGA, H. em entrevista realizada em 13/10/2017).

Esse processo ocorreu em um contexto em que os governos do leste asiático fomentaram de forma direta a política de desenvolvimento, visando superar o atraso econômico e social. Com efeito, os Estados nacionais dessa região, segundo afirma Blanco (2013), criaram uma série de políticas, tais como isenções fiscais, investimento público em infraestrutura, inclusive incentivos às políticas comerciais para estimular as exportações, tornando-se, portanto, um espaço atrativo para os investimentos em ZPE. Os chamados Tigres Asiáticos - Singapura, Coreia do Sul e Taiwan, e agora mais recentemente a China e a Índia - se destacam no cenário internacional por terem baseado suas estratégias de desenvolvimento econômico através da adoção de ZPEs, sobretudo aquelas voltadas à fabricação de produtos eletrônicos e têxteis. Contudo, as “vantagens comparativas” em termos de menor custo de mão de obra e de transportes, devido à evolução da tecnologia naval, são consideradas como um dos principais atrativos (HAESBAERT, 1994; NEGRETE, 2005).

Diante desse relativo sucesso da estratégia de desenvolvimento econômico adotada no leste asiático e nos chamados “Tigres Asiáticos” através de ZPEs, o governo brasileiro autorizou ZPEs enquanto um instrumento alternativo de política econômica industrial, tendo como aparato legal o Decreto-Lei 2452/1988.

É o Poder Executivo autorizado a criar, nas regiões menos desenvolvidas, Zonas de Processamento de Exportações (ZPE) sujeitas ao regime jurídico instituído por esta lei, com a finalidade de reduzir desequilíbrios regionais, bem como fortalecer o balanço de pagamentos e promover a difusão tecnológica e o desenvolvimento econômico e social do País (BRASIL, 1988, DL. 2452, ART. 1º).

A redução dos desequilíbrios regionais, o fortalecimento do balanço de pagamentos, a difusão tecnológica e o desenvolvimento econômico e social do país constituíram-se como aparatos

político-discursivos preconizados pelo governo como justificativa para a adoção desse instrumento - sua criação estava fundada no tripé capital estrangeiro, iniciativa privada e economia de mercado.

Percebe-se que a adoção desse instrumento pautava-se na tentativa do governo de buscar uma nova fórmula para superar a crise e retomar o crescimento. Isso porque, internamente, presenciava-se a tomada de decisão política e econômica - sobretudo a partir de 1980 - que promoveu o rompimento com o período de crescimento compreendido entre 1933 e 1973 (nacional desenvolvimentismo), que marcou um processo de industrialização acelerada do país com papel ativo do Estado.

Era reconhecida, de acordo com Cano (2010), a chamada “crise da dívida”, a alta inflação, baixo crescimento, crises fiscal, financeira e de balanço de pagamentos. Com efeito, havia sinais claros da falência do projeto nacional de industrialização e do esgotamento do padrão de desenvolvimento via modernização autoritária. Além disso, tais ações implicaram no abandono de qualquer orientação política de longo prazo, especialmente aquela voltada ao desenvolvimento industrial, bem como das políticas de desenvolvimento regional. Em relação à indústria brasileira, segundo Suzigan (1988), a produção industrial caiu cerca de 17% entre 1981 e 1983, os níveis de investimentos do setor foram reduzidos à metade e houve uma queda de 20% no nível de emprego industrial. Em termos tecnológicos, conforme o autor, apenas ampliou-se o hiato em relação à indústria mundial devido ao abandono de programas de pesquisa e desenvolvimento e ao atraso de investimentos nos setores tecnológicos de ponta e na modernização de indústrias tradicionais.

Obviamente que essa recessão do dinamismo de produção industrial decorre do papel inteiramente passivo por parte do Estado, concernente ao fomento de política industrial. Além disso, para Brandão (2011) e Hespanhol (2013), o enfrentamento da crise foi tomado pela via neoliberal, seguido simultaneamente do processo de reestruturação produtiva - sob o novo padrão de acumulação flexível - que se tornou expressivo entre 1980 e 1990. As medidas de ajustes de política econômica adotadas pelo governo, pautadas na liberalização comercial, abertura da economia ao capital estrangeiro e privatização, causaram uma profunda recessão industrial e, notadamente, implicações negativas no campo das políticas públicas territoriais.

Para este último, os principais efeitos foram o abandono gradativo das políticas públicas de planejamento e extinção dos instrumentos de promoção do desenvolvimento regional, apesar de haver ocorrido o aprofundamento do processo de redemocratização do país com a elaboração da Constituição de 1988, que proporcionou certos ganhos sociais e políticos. O enfoque sobre a questão regional, segundo Egler (1993) e Brandão (2011), tomou caminhos imprecisos e fragmentados, promovendo um acirramento de conflitos de interesses, em resposta tanto aos objetivos corporativos quanto aos reclamos regionais. Esses acirramentos tomaram proporções ainda maiores, sobretudo a partir dos anos de 1990, quando se aprofunda a chamada “guerra fiscal” no país. Os estados - Unidades da Federação (UFs) - intensificaram suas posturas competitivas visando a atração de investimentos por meio de mecanismos ou instrumentos fiscais, conforme assinala Cardozo (2010, p. 1):

[...] Uma situação em que as UFs concorrem para oferecer um maior número de vantagens “comparativas” à iniciativa privada, ao promoverem verdadeiros leilões de incentivos aos investimentos. Essas decisões de investimentos podem ser tanto de novos investimentos (nacionais ou estrangeiros) assim como decisões de empresas de migrarem de uma localidade à outra dentro do território nacional.

A chamada “guerra fiscal” ou “dos lugares”, como destacado, pode ser compreendida como um subproduto do modelo neoliberal que vai se consagrando no país, em decorrência também do processo de reestruturação produtiva. O mercado é elevado a fator-chave e orientador das decisões nacionais, inclusive de sua dinâmica regional, como destaca Amparo (2014). Assim, os lugares entram em guerra, estimulados por uma acirrada competição com o objetivo de atrair novos

investimentos industriais. Dessa forma, as localidades/regiões são organizadas e usadas conforme a lógica exclusiva das empresas (SANTOS; SILVEIRA, 2006).

Em síntese, a política de criação de ZPEs foi fomentada no Brasil em um contexto político e econômico marcado por: **i)** a crise do “projeto nacional” de industrialização via modernização autoritária; **ii)** os avanços de políticas e discursos neoliberais com implicações no desmonte sistemático do aparato do executivo federal, no abandono de uma orientação política de longo prazo voltada ao desenvolvimento industrial e de promoção do desenvolvimento regional; e **iii)** o aprofundamento da guerra fiscal.

A questão regional, a partir de então, segundo Egler (1993), elevou-se a um novo patamar, pois a crise e a reestruturação econômica afetaram diretamente as relações Estado-região. Isso ocorreu devido ao avanço do processo de globalização neoliberal acompanhado pela fragmentação, o que ampliou o conflito de interesses políticos e econômicos localizados. Para Silva (1993), a adoção do modelo brasileiro de ZPE se dá em um momento de ruptura de um processo de integração econômica do país, que tinha como linha mestra o planejamento espacial, via polo de desenvolvimento frente ao viés autoritário, para um processo mais “flexível” de integração competitiva de algumas localidades/regiões com a economia-mundo.

Portanto, podemos destacar dois vieses centrais no discurso oficial apresentado pelo governo: o primeiro, que seria um importante instrumento alternativo de política econômica industrial - tendo em vista que a crise afetou diretamente o setor industrial de transformação -, apesar de representar uma política econômica industrial liberalizante; o segundo, como um instrumento alternativo de promoção do desenvolvimento regional, tendo as áreas periféricas do país como alvo principal, representando mudanças importantes na política discursiva referente ao enfoque regional por parte do Estado brasileiro.

Esse instrumento permite-nos vislumbrar, conforme destaca Pereira Júnior (2012), como a lógica capitalista em via de reestruturação válida no território as racionalidades ditadas pelo mercado, conformando novas organizações espaciais em benefício da produção e das trocas. Em outras palavras, esse instrumento promove um maior grau de abertura econômica e/ou trocas comerciais em determinadas parcelas do território, forjando assim conexões mais “flexíveis” de integração competitiva de determinadas regiões/localidades com os circuitos globais de produção em um aparato político-discursivo de solução dos problemas socioeconômicos do país; igualmente não escondendo os interesses regionais/locais de se relacionar diretamente com o mercado mundial, como veremos.

#### **4. A DIMENSÃO POLÍTICO-DISCURSIVA: A ZPE DE CÁCERES NO DISCURSO DOS AGENTES**

Como vimos, a ZPE no Brasil foi idealizada no final dos anos 1980 e tinha como objetivo modificar o panorama industrial brasileiro. Logo, aos poucos, esse instrumento foi se ajustando aos interesses e necessidades da política interna e externa brasileira, em resposta ao processo de inserção de forma competitiva no cenário internacional. No plano externo, visava-se atrair inversão produtiva (sobretudo estrangeira) e movimento de capitais em localidade/região que apresentassem algum tipo de potencial para exportação e, no plano interno, buscar soluções para a redução das desigualdades econômicas entre os estados e regiões.

Destarte, uma política econômica industrial de resposta regionalizada começa a se desenhar, tendo o Estado brasileiro como principal agente indutor, conjuntamente com os governos estaduais e municipais, fazendo, desse modo, emergir disputas regionais. Esse instrumento vai se ajustando aos interesses das elites locais de se relacionar diretamente com o mercado mundial. Além disso, as localidades/regiões, “utilizando a ZPE”, ganham situação privilegiada em relação ao restante do território nacional em decorrência dos subsídios cambiais e fiscais, contribuindo para o aprofundamento dos acirramentos locais e regionais.

A partir desse delineamento, somado aos problemas regionais brasileiros, e de olho na possibilidade de ligação com o mercado externo, inicia-se uma corrida por parte das localidades/regiões conjuntamente com seus parlamentares ou representantes, com proposições, apresentadas à Câmara de Deputados, para criar ZPEs em seus territórios, conforme destacam Cruz e Hespagnol (2021).

Diante dessa possibilidade de se transformar em um polo de desenvolvimento no Estado, a criação de uma ZPE em território cacerense veio então se somar aos interesses da elite ou agentes locais, sendo destaque na capa do jornal “Correio Cacerense”, um dos principais veículos de comunicação da cidade.

O projeto que vai criar algumas ZPEs - Zona de Processamento de Exportação, *em pontos estratégicos do País, com Cáceres sendo beneficiado*, será definido ainda no decorrer desta semana com a assinatura de autorização a ser dada pelo Presidente José Sarney. [...] é torcer para que o sonho possa tornar-se uma realidade, e Cáceres seja transformada em Zona Franca” (JORNAL CORREIO CACERENSE. Ano XXII nº 3.730, 13/03/1988. Título da Capa: Sarney vai assinar o Projeto para a ZPE, grifo nosso).

Na iminência da assinatura do decreto oficial que estabelecerá o marco legal e a autorização para a criação de algumas ZPEs no Brasil, vivia-se na expectativa, por parte das lideranças políticas e do empresariado local da cidade de Cáceres, de se beneficiar com essa nova medida política. No entanto, haveria necessidade de um projeto de articulação política que endossasse um discurso de que a cidade apresentasse as condições exigidas para a instalação da ZPE, isto é, mostrar o seu potencial ou vocação para exportação. Isso ocorreu quando o então deputado federal Ubiratan Spinelli, do Partido da Frente Liberal (PFL), apresentou sua proposição à Câmara dos Deputados - o Projeto-Lei nº 3.725, 1989, solicitando aprovação para efeito da criação da ZPE em Cáceres. Entre as principais justificativas apresentadas pelo então deputado, destacam-se:

- Posição estratégica de articulação com a economia latino-americana;
- Distante 210 km de Cuiabá, pela BR-070, Cáceres é, hoje, um importante polo econômico da região Oeste do Estado de Mato Grosso;
- Grande parte do contingente populacional do município (21%) é proveniente de fluxos migratórios: pessoas vindas, principalmente da Região Sudeste, à procura de alternativas econômicas mais rentáveis;
- A cobertura vegetal da região é de grande importância econômica. As florestas virgens estão povoadas de significativa variedades (sic) de árvores que fornecem madeira de lei para exportação ou para utilização como matéria prima das serrarias locais. Além da existência de um bem instalado Distrito industrial, o município de Cáceres oferece um grande potencial de matéria prima (madeira e alimentos) que podem ser processados, no município, evitando-se a sua exportação *in natura*;
- A infraestrutura de Cáceres já é bastante significativa nos setores de: Energia: o município faz parte do Sistema Interligado da CEMAT e tem 69% de sua população atendida com eletricidade. Transporte: com a implantação no município da 7ª Residência Rodoviária do Dermat. A rede rodoviária de Cáceres cresceu sensivelmente. Hoje, o município é servido pela BR-070 e BR-174 e por várias rodovias estaduais. Em relação ao transporte fluvial, o Rio Paraguai e seus afluentes (Sepotuba, Jauru e Cabaça) constituem importante via de escoamento da produção do município. Armazenagem e abastecimento: o município possui 4 grandes unidades armazenadoras, com capacidade para 13 mil toneladas.

A justificativa do referido Projeto foi logo engrossando o coro em relação ao perfil ou potencial da cidade, destacando sua posição considerada estratégica e afirmando que a mesma cumpria todas as exigências de infraestrutura mínima, como energia, transporte rodoviário, fluvial, oferta abundante de matéria-prima, mão de obra e disponibilidade da área destinada a sediar a ZPE. O Projeto também apresentava uma iniciativa de interesse regional bem específica, que era a de derrubar uma restrição legal representada pela Lei nº 7.792, de 4 de julho de 1989, que limitava para 10 o número de ZPEs a serem instaladas no território brasileiro, que veio a ser derrubada somente por meio da Lei nº 8.015 de 1990, que ampliou esse número para 14, o que viabilizou a criação da ZPE de Cáceres naquele mesmo ano. A ação do deputado Spinelli reacendeu ainda mais as expectativas do projeto político industrial, e o sonho da elite política regional poderia se tornar realidade. Por outro lado, a proposição de criação da ZPE em Cáceres apresentada à Câmara dos Deputados trouxe à tona a expectativa de se criar um porto aduaneiro na cidade para viabilizar a sonhada “saída para o Pacífico”.

Precisamos de uma saída de emergência para o Oceano Pacífico, porque pelo Atlântico já temos diversas saídas para exportações, à qual seria resolvida com a criação de um porto aduaneiro em Cáceres, que serviria para abastecimento e troca de mercadorias com os países da América do Sul – Bolívia, Paraguai, Argentina, Chile, Uruguai e outros. *Inclusive, queremos enfatizar que efetivamente há necessidade da ZPE e Cáceres*, pois, já existe até a formidável soma de US\$ 8 milhões de dólares, efeito de convênio efetuado entre os governos do Brasil e da Bolívia, para concretização de asfaltamento Cáceres - San Mathias e de construção de uma ponte próxima a esta cidade boliviana, de onde se partiria para cidade de Arica, no Chile, encurtando consideravelmente a distância, que seria uma solução plausível e viável vindo a diminuir o custo final dos produtos brasileiros a serem exportados. *Assim, teríamos uma saída pelo Pacífico, em direção à costa oeste dos Estados Unidos, a qual também nos aproxima mais rapidamente com Japão, sudeste Asiático, e do Oriente Médio*. Não queremos ficar tão somente, como querem alguns, com as saídas pela Atlântico, o que nos poderia prejudicar futuramente (SPINELLI, Ubiratan. Projeto de Lei nº 3.725, 1989, grifo nosso).

A ZPE passa a ser um símbolo não apenas do progresso da região, mas contribuiria para se construir uma rota alternativa com o oceano Pacífico, possibilitando uma articulação econômica com os países Sul-americanos, países da Europa, Japão, Sudoeste Asiático, Oriente Médio e o Oeste dos Estados Unidos. Assim, começa-se a construir todo um discurso de que a ZPE representaria um símbolo de articulação econômica da cidade com o mundo. A proposição finalizava ressaltando a importância social da criação do empreendimento e realçando “o desejo manifesto da população local” por sua aprovação.

Percebe-se, portanto, um jogo de forças que parte de diferentes discursos, pois, como salientam Freitas, Steinberger e Fernandes (2013), os discursos expressos em um texto compõem propriamente um discurso ao mesmo tempo uno e múltiplo e, no âmbito da formulação de uma política ou projeto político, os interesses dos agentes envolvidos se despontam em uma correlação de forças. O projeto de política industrial, dessa forma, ao nível do discurso político, emana como uma força de verdade de ordem transcendental, ou seja, como se o projeto manifestasse o desejo ou vontade de toda a população; embora representasse interesses bem específicos dos agentes ou representantes da elite política cacerense (Figura 1).

**Figura 1:** A instalação da ZPE de Cáceres enquanto bandeira de luta

**JORNAL CORREIO CACERENSE. ANO XXII n.º 3.764, 08/04/1988.**

O senador Márcio Lacerda, o deputado estadual José Lacerda Filho (Zezinho) e o prefeito Antônio Fontes, que têm se empenhado à luta da instalação da Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no território cacerense, ganharam mais um aliado. Trata-se do deputado federal Ubiratan Spinelli (PFL), que contactou durante toda a semana passada com o prefeito Antônio Fontes, colhendo subsídios para levar a câmara federal matéria acentuando a urgência da instalação da ZPE, uma saída visível para os problemas econômicos da região Oeste. Anteontem, durante o Programa A voz do Brasil, editado pela empresa brasileira de notícias, o deputado pefelista fez um brilhante pronunciamento, alertando para as perspectivas concretas de desenvolvimento de toda a região Centro-Oeste, através do corredor de exportação, que os parlamentares cacerenses (José Lacerda e Márcio Lacerda), bem como o prefeito Antônio Fontes tanto querem.

Spinelli que fez o pronunciamento na tribuna da câmara, transmitida posteriormente para todo o país através do programa, também frisou que estava se incorporando à luta desencadeada pelos parlamentares citados e pela população em geral que quer ver materializado esse sonho, por que o alcance desenvolvimentista a ser verificado pela instalação da ZPE tornar-se-á retumbante não só especialmente a região de Cáceres, mas para todo o país. Uma vez que projeto da ZPE que se encontra em tramitação nos organismos federais, viabilizará o retorno à navegabilidade do rio Paraguai, no setor rodoviário, tornará Mato Grosso mais próximo dos países da Europa oriental e do Japão.

**Fonte:** Arquivo Público Municipal de Cáceres (2017).

A instalação da ZPE em território cacerense vai se constituindo em uma bandeira de luta e todos os esforços, ações e articulações políticas vão sendo desenhados para que esse sonho se materialize. Assim, essa bandeira de luta, enquanto uma articulação de jogo de interesse político específico, vai se incorporando a uma ação político-discursiva de jogo de interesse geral. Atrelado a esse sonho, está o discurso de se buscar uma solução ou saída “concreta” para os problemas econômicos da região subjacentes ao seu alcance desenvolvimentista. Desse modo, o progresso, o desenvolvimentismo, o emprego, estão sempre presentes na estratégia discursiva dos sujeitos políticos como uma figura de potência resultante da vontade da população em geral (Figuras 2 e 3).

**Figura 2:** As vantagens da criação da ZPE em Cáceres

**JORNAL CORREIO CACERENSE. ANO XXII Nº3.746, 08/04/1988.**

A informação é do deputado José Lacerda que explica sobre a ZPE: “Não é uma Zona Franca. É um ponto de importação e exportação voltada ao setor industrial com finalidade de comercialização externa”. As Vantagens da criação da ZPE em Cáceres são inúmeras. Em primeiro lugar, vem a questão do emprego. Lacerda esclarece que devido ao alto índice de migração em Mato Grosso, o Estado vive uma situação difícil porque não tem geradores de empregos. Atualmente, a possibilidade de criação da ZPE é de 70%. Assim mesmo, Lacerda e outros políticos estão mobilizando para que o presidente da República baixe o ato o mais rápido possível. Em Cáceres, todas as entidades representativas, inclusive associações de bairros, já enviaram telex ao presidente na Assembleia Legislativa, foi aprovado um documento, também enviado à presidência da república, pedindo a Criação da ZPE. A nível do governo estadual, há também mobilização neste sentido.

**Fonte:** Arquivo Público Municipal de Cáceres (2017).

**Figura 3:** A virtualidade positiva da ZPE de Cáceres

**JORNAL CORREIO CACERENSE. ANO XXII n.º 3.764, 08/04/1988**

O deputado pefelista, segundo Antônio Fontes, que tem mantido contatos seguidos com o mesmo, teve no projeto da instalação da ZPE o objeto de audiência com o presidente da república José Sarney, quando demonstrou a preocupação das autoridades e comerciantes e toda a população de Cáceres quanto ao início da obra. “Essa luta das autoridades cacerenses têm que ser vencida e só será gloriosa com o endosso e a atenção do governo federal”, sentenciou Spinelli, acrescentando que “vai incorporar-se à luta por essa grande causa que significa o real desenvolvimento de todo o Estado, não só pelo número de empregos, mas pela importância que terá Mato Grosso no contexto mercantil internacional”.

**Fonte:** Arquivo Público Municipal de Cáceres (2017).

A partir desses extratos de jornais, percebe-se que a força de enunciação se volta sobre a virtualidade positiva com o efeito da implementação da ZPE. Portanto, alimenta-se o imaginário da população em geral sobre as possibilidades de condições de uma vida melhor, como na geração de emprego e, sobretudo, para o papel que assumiria a cidade não apenas em relação ao contexto nacional, mas seu protagonismo no cenário mercantil internacional. Por conseguinte, isso nos deixa claro que essa bandeira de luta em torno da implementação da ZPE se constrói a partir de toda uma articulação ou mobilização política entre os governos federal, estadual e municipal, na figura de representantes como o então Senador José Márcio Lacerda, Deputado Federal Ubiratan Spinelli, Deputado Estadual José Esteves de Lacerda Filho, o então prefeito municipal Antônio Fontes, ganhando apoio de outras entidades representativas (associação de bairros) e a Ordem Maçom. Todos aparecem engajados na luta e no compromisso pelo real desenvolvimento do município.

A partir desse ponto, podemos inserir na trama o discurso enquanto prática política e ideológica. Segundo Fairclough (2008), o discurso como prática social implica tanto um modo de ação, de agir sobre o mundo e, principalmente, sobre os outros, como um modo de representação, quanto uma relação dialética entre o discurso e a estrutura social. Dessa forma, o discurso como prática social apresenta várias orientações, quais sejam: econômica, política, cultural e ideológica. Voltando sua atenção para o discurso enquanto prática política e ideológica, Fairclough (2008, p. 94) ressalta que

O discurso como prática política estabelece, mantém e transforma as relações de poder e as entidades coletivas (classes, blocos, comunidades, grupos) entre as quais existem relações de poder. O discurso como prática ideológica constitui, naturaliza, mantém e transforma os significados do mundo de posições diversas nas relações de poder.

No excerto, observa-se o discurso como um produto das relações de poder, intrincado no embate entre as distintas ideologias. Porém, é importante ressaltar que tais processos demonstram que o discurso é socialmente constitutivo, capaz de contribuir para naturalizar, manter, mas também reproduzir a sociedade e transformá-la de acordo com os interesses e a hegemonia das elites. Considerando o contexto da mobilização da elite cacerense para a implementação da ZPE, podemos apontar que essa bandeira de luta vai se enredando sob o discurso como prática política e ideológica desenvolvimentista. Esse instrumento de política industrial aparece na ação político-discursiva das principais lideranças políticas e empresariais, como principal forma de promover o desenvolvimento econômico da cidade e região (Figura 4).

**Figura 4:** A ação político-discursiva das principais lideranças e a instalação da ZPE

<b>JORNAL CORREIO CACERENSE. ANO XXIV N.º 4.133 02/03/1990.</b>	<b>JORNAL CORREIO CACERENSE. ANO XXIV N.º 4.135 09/03/1990.</b>
<p>Ministro-Chefe da Casa Civil da Presidência da República (José Sarney), deputado Luiz Roberto Ponte, comunicou o deputado federal Ubiratan Spinelli a programação de solenidade e de assinatura do decreto de instalação da Zona de Processamento de Exportação – ZPE no município de Cáceres. O acontecimento esperado com muita expectativa pelos adversários políticos e pela população de toda região do Vale do Guaporé, terá caráter amplamente festivo no salão nobre do Palácio do Planalto, às 17 horas do próximo dia 06. O deputado Ubiratan Spinelli que é autor do projeto de lei que cria a ZPE, declarou que estarão presentes em Brasília para prestigiar o evento os senadores, as bancadas federal, e estadual, o representante de Mato Grosso, secretário da Indústria e Comércio, prefeito Walter Fidelis, vereadores, os senhores Pedro Henry, Márcio Milan, José Antônio Alvares da comissão Pró-ZPE de Cáceres além de outras representativas lideranças políticas e empresariais de Mato Grosso”.</p>	<p>Cáceres será um dos destaques da América Latina. A promissora expectativa de progresso foi gerada pelo presidente José Sarney, no exato momento que recebia das mãos do presidente da Câmara Municipal de Cáceres, o Título de Cidadão Cacerense, na terça-feira à tarde por ocasião da assinatura do decreto que criou a Zona de Processamento de Exportação de Cáceres – ZPE. A ZPE ficará localizada numa área de 247 hectares, situada no lado esquerdo da entrada da cidade a 2.800 metros do Rio Paraguai. Com a instalação da ZPE, Cáceres será um dos destaque da América Latina, “no momento em que as economias do mundo se abrem para o comércio internacional”, segundo Sarney. O ministro Roberto Cardoso Alves, do Desenvolvimento Industrial, Ciência e Tecnologia, que também discursou na ocasião, mostrou que Mato Grosso é um dos estados mais promissores do país e que a ZPE de Cáceres é um impulso que faltava para o desenvolvimento da região.</p>

**Fonte:** Arquivo Público Municipal de Cáceres (2017).

O ato de solenidade da assinatura do Decreto nº 99.043, em março de 1990, oficializou a criação da ZPE em uma área de 247 hectares no distrito industrial de Cáceres. A imprensa local realça a presença de toda a comitiva Pró e demais lideranças políticas e empresariais e enfatiza a presença do Deputado Ubiratan Spinelli, autor do projeto. Tratou do assunto como um “*acontecimento esperado com muita expectativa pelos adversários políticos e pela população de toda região*”. Com a assinatura do decreto, foi lançada uma promissora expectativa em relação ao progresso e ao desenvolvimento da região através do processo de industrialização com essa nova medida política e econômica.

O importante a destacar sobre a assinatura do referido decreto que oficializa a criação da ZPE de Cáceres é que, a partir desse momento, vai se construindo toda uma estrutura econômico-institucional. Destaca-se, também, a criação, em 1992, do Conselho da Zona de Processamento de Exportação de Cáceres S/A (AZPEC), responsável pela implantação e administração da ZPE, composto por um Conselho Diretor e Diretoria Executiva. A Diretoria é estruturada por uma Presidência, Diretoria Administrativa-Financeira e Diretoria Técnica. A ZPEC, enquanto uma empresa privada, conta com um representante do governo do Estado de Mato Grosso ligado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico - SEDEC/MT.

Diante desse quadro econômico-institucional atrelado aos governos estadual e municipal e seus aparatos burocráticos, por meio dos seus dirigentes, começa-se toda uma prática política e ideológica desenvolvimentista de abertura econômica, sendo reproduzida e retrabalhada no imaginário da população local, através da elaboração de relatórios técnicos, audiências públicas, da participação da equipe em eventos nacionais e internacionais. A rigor, esse quadro econômico-institucional na arena política, segundo as ponderações de Peet (2007), a partir do seu corpo técnico especializado ou de pessoas altamente treinadas e experientes, direciona políticas produzidas

ideologicamente de acordo com os interesses das elites político-econômicas. Desse modo, o discurso vai assumindo uma forma proposicional, com teor de relevância e cheio de significados.

Assim, tais *experts*, ao sugerirem certas formas de política (desenvolvimento) na arena política, as utilizam como instrumento de poder, reformulando problemas sociais, econômicos, aparentemente neutros, para obter apoio da população. Ainda no campo da arena política, tais formulações produzidas ideologicamente alinhadas aos interesses da elite local ou regional podem afetar a decisão de voto do eleitor, isto é, essas formulações políticas costumam ser exploradas eleitoralmente, como ocorreu no caso da implementação da ZPE de Cáceres.

Jaime Campos, então “virtual candidato ao governo do Estado”, estampado na capa do Jornal Correio Cacerense em 1989, juntamente com o grupo político da Frente Ampla, representada pelo então Deputado Jonas Pinheiro, Ubiratan Spinelli, Branco de Barros e o ex-senador José Benedito Canelas, lançaram apoio ao então candidato à presidência da República Fernando Collor de Mello. Esse apoio estava condicionado ao compromisso firmado por Collor de, se eleito, criar a Zona de Processamento de Exportação de Cáceres. Conforme a conclusão do noticiário, “sem dúvida uma promessa e tanto que caso se concretize poderá representar a redenção desta parte oeste e de resto todo Mato Grosso”.

Com a chegada de Collor à presidência (1990-1992), com mais 12 mil votos em Cáceres e com o decreto de criação da ZPE já assinado, o desdobramento da política industrial em seu governo, segundo Guimarães (1995), com o lançamento da Nova Política Industrial e de Comércio Exterior (PICE), embora tenha buscado romper com o padrão de política industrial do governo anterior (José Sarney), teve como eixo central a expansão da capacidade produtiva para a questão da competitividade, mas deixou de fora o programa brasileiro de ZPEs (observa-se um processo de redução da intervenção do Estado, com o fortalecimento do receituário neoliberal no país) e, por sugestão da sua equipe econômica, não recebeu atenção e apoio, chegando a ser suspenso. Essa medida provocou repercussão no ambiente político da cidade (**Figura 5**).

**Figura 5:** Programa brasileiro de ZPEs e o Plano econômico do governo Collor

**JORNAL CORREIO CACERENSE. ANO XXIV N.º 4.140 24/03/1990**

Apesar, do Plano Econômico do governo Collor, ter extinguido a ZPE. O deputado Ubiratan Spinelli não dá por vencido e continua lutando para ver se encontra uma maneira do governo federal, reaver esse posicionamento. Ainda na última quarta-feira ele esteve reunido com o presidente Fernando Collor de Mello. [...] E, como era de se esperar Spinelli mais uma vez pediu para o novo governo atentar mais para esse detalhe. Collor entretanto, mais uma vez foi taxativo em afirmar “no momento as ZPEs são em toda sua plenitude inoportunas pelo motivo de inexistir subsídios financeiros”.

**Fonte:** Arquivo Público Municipal de Cáceres (2017).

Dessa forma, a medida trouxe certa frustração e um ambiente de incertezas em relação ao futuro do projeto da ZPE de Cáceres, decorrente do contexto sócio-histórico em que vivia o país - aliás, essa incerteza pairava sobre o programa em âmbito nacional. Ainda que houvesse uma leve possibilidade de ser retomada durante o governo Itamar Franco (1992-1995) - no qual foram criadas mais quatro ZPEs no território brasileiro -, pouca atenção foi dada ao Programa.

No decorrer dos dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), frente ao contexto de estabilização macroeconômica, a atenção para a política de desenvolvimento industrial teve pouca atenção, principalmente após a Lei Kandir, que desonerou de tributos os produtos *in natura* e semielaborados para exportação. No seu segundo mandato, houve indícios da retomada da política de desenvolvimento regional com a implementação do programa dos Eixos Nacionais de Desenvolvimento; todavia, não foi dada atenção ao Programa Brasileiro de ZPEs, o qual foi duramente criticado pelo então Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, José Serra, que tentou

extinguir o programa e abandonar as 17 ZPEs que até então já estavam criadas, conforme salienta (2010). Por fim, assistiu-se, por um lado, a redução do papel do Estado, através do processo de privatização e, por outro, o mercado tornou-se fator-chave, coordenando e induzindo as ações seletivamente do setor privado.

Mesmo com o engavetamento do Programa Brasileiro de ZPEs, a Associação Brasileira de Zonas de Processamento de Exportação (ABRAZPE) - entidade que congrega as empresas administradoras de ZPEs, criada em 1989 - articulou mobilizações políticas e ações para o desenvolvimento do Programa, travando, assim, uma luta para a manutenção e preservação do regime brasileiro de ZPEs. Foi somente durante os dois mandatos do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010)<sup>2</sup> e nos mandatos da sua sucessora, Dilma Rousseff (2011-2016), que houve a retomada do Programa Brasileiro de ZPEs, o qual recebeu um novo impulso de criação e de expansão no território brasileiro. Essa nova guinada ocorreu devido ao novo Decreto-Lei nº 11.508, de 20 de julho de 2007, que buscava criar um novo marco regulatório e possibilitar as suas operações. Não obstante, é importante considerar que a retomada das ZPEs nesse momento histórico, sobretudo no decorrer dos dois mandatos do governo Lula, deve-se ao otimismo em relação ao fomento e à implementação de uma orientação de política industrial e, notadamente, à discussão inerente à política de desenvolvimento regional<sup>3</sup>. No entanto, as ações ao nível federal foram consideradas tímidas, ficando apenas no nível discursivo, ou seja, o desenvolvimento do programa de ZPEs não obteve o apoio esperado.

Passados esses momentos de idas e vindas no contexto atual, novas articulações e/ou mobilizações políticas foram retomadas em relação ao projeto político industrial em Cáceres. Começa-se a construir uma nova agenda discursiva como prática política e ideológica desenvolvimentista no tocante à retomada da implementação da ZPE no município, sobretudo durante o mandato do governador José Pedro Gonçalves Taques/PSDB (2015-2018). Essa agenda político-discursiva e ideológica da retomada do projeto de política industrial através da ZPE foi, então, anunciada pelo governador para todo o Estado. No anúncio, chamava a atenção para a região de Cáceres e, mais uma vez, como estratégia discursiva por parte dos agentes ou sujeitos políticos estava o processo de transformação da cidade, isto é, de torná-la “*em um grande polo de desenvolvimento econômico*”, como se observa:

Implantação da ZPE de Cáceres se torna realidade após 28 anos de espera. A região Oeste de Mato Grosso, em breve, vai passar por um grande processo de transformação. Cáceres, distante 244 quilômetros de Cuiabá, *vai se tornar em um grande polo de desenvolvimento econômico, que vai beneficiar todo o Estado, dando um grande impulso na produção mato-grossense*. O governador Pedro Taques lança nesta segunda-feira, 18 de abril, o edital de licitação para implantação da Zona de Processamento de Exportação de Mato Grosso, a ZPE de Cáceres. *Na gaveta há 28 anos, o projeto agora é tratado como prioridade da atual gestão. A retomada da implantação da ZPE foi garantida pelo governador Pedro Taques desde a campanha eleitoral* (MATO GROSSO, 2016, grifo nosso).

O projeto da ZPE de Cáceres que se encontrava em fase de implantação há mais de 28 anos foi incorporado a essa nova agenda político-discursiva e ideológica engendrada pelo governo de

---

<sup>2</sup> É importante destacar que durando todo o governo do PT, o ideal desenvolvimentismo reaparece com uma nova roupagem, designada de “novo desenvolvimentismo” e/ou “neodesenvolvimentismo. Porém, conforme Mota; Moraes (2017) e Boito Júnior (2018) o neodesenvolvimentismo trata-se de uma estratégia de desenvolvimento conduzida pelo Estado dentro do cenário neoliberal. Isto é, marcada pela política de desenvolvimento possível dentro dos limites dados pelo modelo capitalista neoliberal.

<sup>3</sup> Destaca-se: no período do primeiro mandato do governo Lula (2003-2006), da Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE) e, no período de seu segundo mandato (2007-2010), da Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP), além disso, tem a retomada das políticas regionais, a partir de 2003, com o processo de formulação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR).

Pedro Taques, firmada em sua campanha eleitoral, ganhando uma nova força de enunciação, a de se tornar realidade para o progresso da região e do estado. A retomada da implementação da ZPE enquanto bandeira de luta frente às articulações e mobilizações políticas entra mais uma vez em cena, sobretudo a partir do evento realizado no dia 14 de novembro de 2016, em Cuiabá, capital do Estado, que contava com a presença do então Ministro das Relações Exteriores, José Serra<sup>4</sup>, e lideranças políticas, como o Governador, Pedro Taques, o Vice-Governador, Carlos Fávaro, e lideranças políticas da região de Cáceres, o Prefeito municipal, Francis Maris Cruz, e deputados estaduais (eleitos pela região), Ezequiel Fonseca e Leonardo Albuquerque.

A principal pauta estava centrada nas ações estratégicas dessa nova agenda por parte do governo estadual (agora como sócio majoritário) de encarar a construção da ZPE. Segundo o pronunciamento do Vice-Governador, Carlos Fávaro: “tirar a Zona de Processamento de Cáceres do papel, faz parte da intenção do Governo. Devemos transformar a nossa produção em produtos com valor agregado. E a ZPE, que é um grande sonho da região, é a nossa grande oportunidade para isso” (JORNAL SÓ NOTÍCIAS, 2016, p. 2).

O fato de o governo do Estado assumir o compromisso de “tirar do papel a ZPE” entrava na agenda estratégica não apenas como atrativo de indústrias para o desenvolvimento econômico da região, mas também como uma estratégia do governo estadual de ampliar a distribuição dos produtos com valor agregado.

O Secretário Adjunto de Indústria e Comércio, Lucas B. H. Silva, em entrevista, destacou que:

A ZPE de Mato Grosso é vista como a ZPE do agro, da agroindústria, até inclusive pelo Ministério [MDIC]. Então, como nós somos muito fortes no Agro e o Agro como ele é um início de várias cadeias produtivas, então é muito natural que a ZPE de Mato Grosso, sem nenhuma restrição às outras atividades, *mas só que ela tem uma vocação da agroindústria*, um processo de beneficiamento das *commodities* em geral [...]. *É importante a gente ter essa ótica de desenvolvimento Regional, mas também do Estado*. A ZPE de Mato Grosso ela é a única no Centro-Oeste e o Centro-Oeste tem uma vocação do agro, então eu vejo que a ZPE se instalando ali em Cáceres, ela vai ser um polo de atração dessas agroindústrias (SILVA, B. H. L. Secretário Adjunto de Indústria e Comércio, grifo nosso).

Dentro dessa agenda político-discursiva e ideológica, agora a ZPE é de Mato Grosso, não obstante ter passado a ganhar apoio do setor do agronegócio. A grande aposta do governo é de buscar um processo atrativo de ramos industriais voltados para o agro, para que Mato Grosso avance na verticalização da produção. De acordo com o presidente da Associação dos Produtores de Soja e Milho (Aprosoja), Endrig Dalcin, “A ZPE será uma porta de entrada importante para Mato Grosso. Ela vai ser uma barreira de livre comércio para conseguirmos avançar cada vez mais na industrialização” (JORNAL OESTE, 2016).

Como era de se esperar, em Cáceres, a notícia foi posta no Jornal Oeste com destaque ao deputado estadual Dr. Leonardo Albuquerque, agora considerado o principal articulador político da região com o governo estadual. A matéria deu realce aos esforços do Deputado e do governador Pedro Taques, da atual gestão municipal e da Assembleia Legislativa.

Segundo o deputado Dr. Leonardo:

É um passo importante para a consolidação da ZPE e *mostra o comprometimento do governador* e de toda a equipe, com destaque para as Secretaria de Estado de Cidades

---

<sup>4</sup> É importante sublinhar que José Serra, quando Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão no governo de FHC, fez duras críticas ao programa de ZPEs no Brasil, buscando até mesmo extingui-lo. Essas críticas se iniciaram em 1988, quando José Serra publicou um artigo na Revista de Economia Política, intitulado “ZPEs no Brasil: Fora de tempo e lugar”.

e de Desenvolvimento Regional, bem como outros envolvidos, como a Azpec [...]. Tive a honra e o privilégio de ser o relator desta Mensagem. *Todos os esforços necessários foram feitos, nos unimos em prol desta causa e hoje essa união começa a se tornar real*, efetiva e concreta. Sabemos da importância desta ZPE e o *impacto econômico positivo* que vai gerar ao estado [...]. Não tenho dúvida que Mato Grosso como um todo dará um salto no desenvolvimento (ALBUQUERQUE, L. Jornal Oeste, 18/10/2016, grifos nossos).

Longe de querermos trazer um julgamento em relação à essência ou ao caráter do sujeito político, parece-nos evidente que o discurso (forma de poder) implica, por sua vez, uma figura de representação. Dessa forma, pode significar um mascaramento, uma espécie de criação de personagens e atuações específicas, forjados à revelia da vontade dos representados, destaca Lima (2007). Nesse sentido, a representação político-discursiva aparece enquanto um recurso que se insere no âmbito do desejo de se realizar algo ou bem comum, apoiando-se sobre certos cenários e empregando amplas estratégias discursivas material e simbólica - progresso, desenvolvimento *etc.* Tal representação político-discursiva, face à situação de enunciação do sujeito político, busca instaurar junto à população local um mecanismo para sua legitimação e de seu compromisso, de seu esforço e de seu engajamento. No caso, *todos os esforços necessários foram feitos* para tonar o sonho da ZPE uma realidade. Por outro lado, observamos a ação pública (governos estadual e municipal) e de entidades do setor do agronegócio, tendo um papel decisivo nessa nova agenda político-discursiva e ideológica de um projeto de desenvolvimento industrial, como um salto para o desenvolvimento da região e do estado.

Isso fica evidente com o evento realizado no dia 6 de maio de 2017, às margens do Rio Paraguai, com a presença de diversas autoridades locais e estaduais no lançamento da pedra fundamental da implementação da ZPE. Nesse evento político, foi destacada a iniciativa do governo em favor do empreendimento com investimento previsto na ordem de 16 milhões e da empresa Primus Incorporação e Construção LTDA, vencedora da licitação para a construção e readequação da infraestrutura básica necessária da ZPE.

As obras foram iniciadas em maio de 2017, no distrito industrial da cidade em uma área total de 239,68 hectares (Figura 6). Na primeira etapa está prevista a construção de um prédio administrativo, um restaurante, o bloco da Receita Federal, um pátio de manobra, guarita principal de pedestres, guarita principal de veículos, guarita secundária de veículos e um galpão, além da implantação da rede de água, estação de tratamento de esgoto (ETE), drenagem e estações elétricas. Se concluídas as obras, o projeto vai ter a capacidade de abrigar 230 indústrias dos ramos de frigorífico, laticínio, produção de artigos de couro, esmagamento de soja, algodão, milho e beneficiamento de grãos, com a expectativa de gerar 20 mil empregos.

Com a previsão de 12 meses para a construção dessa primeira etapa, no entanto, a empresa Primus Incorporação e Construção LTDA, responsável pela construção, em maio de 2018, com apenas 10% dos serviços concluídos, teve que abandonar a construção. Entre as causas alegadas, estão a inconsistência no projeto que foi elaborado pela empresa Guimarães e Cia, contratada pela AZPEC, e a falta de repasse de recursos na ordem de R\$ 1.148.125,12 (um milhão, cento e quarenta e oito mil, cento e vinte e cinco reais e doze centavos) por parte do governo estadual à empresa responsável.

O governador em exercício, Mauro Mendes (DEM), comunicou no dia 13/02/2020, através da assessoria de imprensa do governo, a ordem de serviço para a retomada das obras da ZPE de Cáceres. E acrescentou que:

No dia 20 de fevereiro o Governo estará dando ordem de serviço para reiniciar a obra e vamos tomar uma série de providências que está sendo deixada como lição de casa pelo Ministério da Economia. *Isso tudo para tornar esse sonho uma realidade* pelos próximos meses, para o bem de Mato Grosso [...]. *Muito pouco ou quase nada foi feito*. A ZPE é em Cáceres, mas ela é de Mato Grosso, e *será importante para que*

*possamos ter mais competitividade nas exportações do nosso Estado (MATO GROSSO, 2020, p. 5, grifo nosso).*

**Figura 6:** Implantação ZPE de Cáceres



**Fonte:** Fotos feitas por Cruz (2018).

Parece haver, novamente, enquanto força de enunciação, a possibilidade de o sonho se tornar realidade com o processo de retomada das obras e, mais uma vez, a incidência de estratégias discursivas no que diz respeito ao compromisso do estado frente à execução da obra, por representar um símbolo de progresso e competitividade para a região e o estado. Entretanto, não é de se estranhar que a ZPE já se tornou um símbolo de descrédito e incerteza.

O presidente da União Cacerense de Associação de Moradores (UCAM), em entrevista, relatou o seguinte:

Então, assim, eu tenho uma experiência própria, minha, eu cresci, a minha infância toda, ouvindo falar em ZPE. *Então a gente tinha aquela esperança de que a ZPE viria, que ia trazer geração de renda, emprego.* Era até uma forma de incentivar o pessoal a estudar, porque vai vir uma ZPE, Zona de Processamento de Exportação. *E hoje, assim, a gente vê em quase todos os bairros, isso é unânime, em quase todos os bairros, uma descrença total com relação à ZPE por causa da política que se faz em cima da ZPE.* Você vê que se arrasta há mais de 30 anos e a ZPE só vem com força no momento político em Cáceres, *quando se chega no momento perto de eleições é que aparece governador, aparece deputado, entra vereador, prefeito tentando de novo plantar aquela ideia de que a ZPE vai vigorar de novo em Cáceres aqui no Mato Grosso.* E, no geral mesmo, nos bairros, no geral mesmo, é uma descrença total, ninguém mais acredita que essa ZPE, de fato, venha a acontecer na nossa cidade (PRESIDENTE DA UNIÃO CACERENSE DE ASSOCIAÇÃO DE MORADORES - UCAM, grifos nossos).

Pelas ponderações do representante das Associações de Moradores há um jogo político ou um uso político em relação à implementação da ZPE em Cáceres. Em decorrência desse jogo ou uso político, tem-se gerado uma descrença em relação ao futuro do projeto. No âmbito do governo estadual, em 2019, o Secretário de Desenvolvimento Econômico, César Miranda, foi taxativo em

afirmar que há uma necessidade de um estudo de viabilidade da ZPE na região de Cáceres, pois, segundo o secretário, “a ZPE não é apenas uma obra física, precisamos é ver o escopo econômico e ver as questões sem sentimentalismo e mais objetividade”.

As dissidências político-discursivas sobre o projeto político industrial de Cáceres em torno da implementação da ZPE ganham nova nuance, isto é: seria um projeto viável? Embora não seja nosso objetivo traçar uma discussão sobre sua viabilidade, podemos perceber o jogo político-discursivo e ideológico frente às diferentes articulações políticas do Estado e seus principais agentes locais ao longo do processo de sua implementação; embora tenha dado indícios da sua efetiva criação, a mesma se encontra cercada de incertezas.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao considerar, a partir do nosso referencial teórico conceitual, metodológico e exploratório, tomamos como referência analítica a ZPE de Cáceres no Estado de Mato Grosso, que se encontra em fase de implementação há mais de 28 anos, constatamos que a principal força de enunciação é a promoção do desenvolvimento, atrelado ao paradigma do progresso e crescimento econômico. Mais precisamente, sua implementação na cidade sinaliza uma descolagem e/ou passagem da condição de uma sociedade agrária para a sociedade urbano-industrial e, concomitante, um símbolo de superação do atraso, ou seja, de crescimento econômico e uma forma de melhorar as condições de vida da população em geral. Dessa forma, vem se construindo sob a articulação de suas elites regionais, entidades não governamentais, gestores públicos municipais, deputados (federais e estaduais), senadores e o próprio governo federal, uma prática política e ideológica desenvolvimentista em torno do discurso favorável à implementação de ZPE.

Nesse sentido, depreendemos que os problemas sociais, econômicos e regionais decorrentes da distribuição desigual dos benefícios do desenvolvimento econômico são reformulados e retrabalhados no imaginário da população local. Nesse jogo político-discursivo e ideológico ficou claro o uso político da mídia, sobretudo de jornais impressos. Verificou-se que segmentos da elite política regional e local cacerense, apoiando-se sobre certos cenários, empregaram amplas estratégias discursivas. Dessa forma, atuaram alinhando o discurso aos interesses ideológicos desenvolvimentistas, entendendo a ZPE como o único instrumento de política econômica industrial eficaz para promover o desenvolvimento local/regional.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. **A invenção do nordeste e outras artes**. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ALVES, F. N. **Imprensa e Política: algumas reflexões acerca da investigação histórica**. História em Revista, Pelotas, v. 7, p. 93-115, dez. 2001.

AMPARO, P. P. **Os desafios a uma política nacional de desenvolvimento regional no Brasil**. Interações, Campo Grande, v. 15, n. 1, p. 175-192, jan. 2014.

BOITO JÚNIOR, A. **Reforma e crise política no Brasil: os conflitos de classe nos governos do PT**. Campinas: Editora da Unicamp; São Paulo: Editora da Unesp, 2018.

BLANCO, L. **Hirschman: un gran científico social**. Revista de Economía Institucional, Bogotá, v. 15, n. 28, p. 47-64, ago. 2013.

BRAGA, H. ZPE não garante desenvolvimento. **Tribuna do Norte**, Natal, 11 de abr. de 2010. Disponível em: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/zpe-nao-garante-desenvolvimento/145345>. Acesso em: 12/06/2023.

BRANDÃO, C. A busca da utopia do planejamento regional. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, v. 120, n. 120, p. 17-37, jan. 2011.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 2.452**, de 29 de julho de 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Decreto-Lei/Del2452.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del2452.htm). Acesso em: 12/06/2023.

CAMARGO, A. M. A. **A imprensa periódica como fonte para a História do Brasil**. Anais do V Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História: Portos, rotas e comércio, São Paulo, v. 2, 1971.

CANO, W. **Uma Agenda Nacional para o Desenvolvimento**. Revista Tempo do Mundo, Campinas, v. 2, n. 2, p. 7-39, ago. 2010.

CARDOZO, S. **A Guerra Fiscal no Brasil e alterações das estruturas produtivas estaduais desde os anos 1990**. Campinas, 2010. 340f. Tese (Doutorado) - Curso de Economia, Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

CASTRO, I. E. **O mito da necessidade - discurso e prática do regionalismo nordestino**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.

CHARAUDEAU, P. **O discurso político**. In: EMEDIATO, W.; MACHADO, I. L.; MENEZES, W. (orgs.). **Análise dos discursos: gêneros, comunicação e sociedade**. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso, Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Faculdade de Letras da UFMG, 2006. p. 251-268.

CHARAUDEAU, P. **Discurso das Mídias**. 2ª ed. 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2013.

CRUZ, J. S.; HESPANHOL, A. N. **A criação das Zonas de Processamento de Exportações (ZPE) no Brasil e o papel das condições gerais de produção (CGP)**. Geosp Espaço e Tempo (Online), São Paulo, v. 25, n. 1, p. 1-22, abr. 2021.

DUARTE, A. C. **O Conceito de totalidade aplicado à identificação de uma região**. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, v. 50, n. 2, p. 99-106, jan. 1988.

DUNDES, A. C. **O poder local e a indústria: uma análise do discurso desenvolvimentista prudentino**. In: SPOSITO, M. E. B. (orgs.). **Textos e contextos para a leitura de uma cidade média**. Presidente Prudente, 2001. p. 71-87.

EGLER, C. A. G. **Crise e questão regional no Brasil**. 1993. 252f. Tese Doutorado (Economia) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, 1993.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e Mudança social**. Brasília: EdUnB, 2008.

FANAIA, M. L. **O olhar dos vereadores sobre a cidade de Vila Maria do Paraguai nos anos 1859-1880**. In: CHAVES, O. R.; ARRUDA, E. F. (orgs.). **História e Memória**. Cáceres: Editora Unemat, 2011. p. 81-93.

FERREIRA, E. **Cáceres: Capital regional no contexto de Mato Grosso**. 2014. Tese (Doutorado) – Curso de Geografia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FREITAS, A. V.; STEINBERGER, M.; FERNANDES, S. W. R. **Parâmetros analíticos dos discursos de políticas públicas**. In: STEINBERGER, M. (org.). Território, Estado e Políticas públicas espaciais. Brasília: Ler Editora, 2013. p. 89-111.

**Governo prioriza ZPE em Cáceres**. Jornal Oeste, Cáceres, 22 de out. de 2016. Disponível em: <http://www.jornaloeste.com.br/noticias/exibir.asp?id=39295>. Acesso em: 30 jul. 2021.

**Governo retoma obras da ZPE de Cáceres ainda em fevereiro**. Notícias - gov.mt.br, Cuiabá, 14 de fev. de 2020. Disponível em: <http://www.mt.gov.br/-/13758737-governo-retoma-obras-da-zpe-de-caceres-ainda-em-fevereiro>. Acesso em: 16 mar. 2020.

GUIMARÃES, E. A. **A experiência recente da política industrial no Brasil: uma avaliação**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Rio de Janeiro, v. 409, n. 409, p. 7-30, abr. 1995.

HAESBAERT, R. **Blocos Internacionais de Poder**, São Paulo: Contexto, 1994.

HESPANHOL, A. N. **Expansão econômica e reestruturação produtiva no Brasil**. Mercator, Fortaleza, v. 12, n. 2, p. 55-64, set. 2013.

**Implantação da ZPE de Cáceres se torna realidade após 28 anos de espera**. Notícias - gov.mt.br, Cuiabá, 15 de abr. de 2016. Disponível em: <http://www.mt.gov.br/-/3897287-implantacao-da-zpe-de-caceres-se-tornarealidade-apos-28-anos-de-espera>. Acesso em: 16 mar. 2020.

JESSOP, B. **The State and State-Building**. In: R. R.; BINDER, S.; R. B. (Org.) The Oxford Handbook of Political Institutions. Oxford-UK: Oxford University Press, 2006. p. 111-130.

LIMA, I. **Da representação do poder ao poder da representação: uma perspectiva geográfica**. In: SANTOS, M.; BECKER, B. (orgs.). Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial. Rio de Janeiro: DP&A, 2007. p. 109-121.

MASCARO, A. L. **Estado e forma política**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MORE. **Mecanismo online para referências**, versão 2.0. Florianópolis: UFSC: Rexlab, 2013. Disponível em: <https://more.ufsc.br/>. Acesso em: 23 05 2023.

MOTA, L. A; MORAES, A. M. **O ajuste fiscal e a crise do novo desenvolvimentismo no segundo mandato de Dilma Rousseff**. Revista Café Com Sociologia, São Paulo, v. 6, n. 2, p. 354-374, jul. 2017.

NEGRETE, A. **Zonas de Processamento de Exportações como Política Industrial: A Experiência Internacional**. 2005. 126 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Economia, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

PEET, R. **Imaginários de desenvolvimento**. In: FERNANDES, B. M.; MARQUES, M. I. M.; SUZUKI, J. C. (orgs.). Geografia agrária: teoria e poder. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 19-37.

PEREIRA JÚNIOR, E. **Território e economia política: uma abordagem a partir do novo processo de industrialização no Ceará**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

**Retomada da navegação pelo Porto de Cáceres trará desenvolvimento à região Sudoeste**. Só Notícias, Mato Grosso, 15 de nov. de 2016. Disponível em: <https://www.sonoticias.com.br/economia/retomada-da-navegacao-pelo-porto-de-caceres-trara-desenvolvimento-a-regiao-sudoeste/>. Acesso em: 16 mar. 2020.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. **O Brasil - Território e Sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SILVA, C. A. F. **A dimensão regional na gestão do território: da integração econômica à integração competitiva**. Boletim Goiano de Geografia, Goiânia, v. 13, n. 1, p. 45-64, jan. 1993.

SUZIGAN, W. **Estado e industrialização no Brasil**. Revista de Economia Política, Campinas, v. 8, n. 4, p. 5-16, out. 1988.

TELES, T. R. **Discurso, Análise do Discurso e Discurso Político: ponderações conceituais**. Estação Científica (Unifap), Macapá, v. 7, n. 1, p. 33-48, jan. 2017.

URBERTI, G. B. **A Abordagem Relacional-Estratégica do Estado como ferramenta para a análise de Políticas Públicas**. In: Observatório do Estado Latino-Americano (ODELA), 2020. Disponível em: A Abordagem Relacional-Estratégica do Estado como ferramenta para a análise de Políticas Públicas – Observatório do Estado Latino-Americano | ODELA (ufrgs.br). Acesso em: 06 dez. 2021.



---

#### Informações sobre a Licença

Este é um artigo de acesso aberto distribuído nos termos da Licença de Atribuição Creative Commons, que permite o uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que o trabalho original seja devidamente citado.

#### License Information

This is an open access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which allows for unrestricted use, distribution and reproduction in any medium, as long as the original work is properly cited.